

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Mácio Nunes Machado, Osias Hermes das Neves Neto,
Grupo de Pesquisa GENTTES e JForT/UNEB
PPGEduc/UNEB/CETEP – UNEB
martiusba@hotmail.com - hermesnon@hotmail.com

RESUMO

As políticas públicas para educação profissional no Estado da Bahia tem se constituído uma história de longas ausências do Estado, e na melhor das hipóteses de aproximação e distanciamento do poder público constituído, o que devido a própria estrutura estatal ao mesmo tempo que é desafiadora, também apresenta possibilidades. Neste sentido, o presente artigo teve como principal objetivo analisar as políticas públicas em educação profissional no Estado da Bahia. E, para concretização desse objetivo, buscou-se responder a seguinte problemática: em que medida o poder público instituído tem se responsabilizado pela implementação de políticas públicas para educação profissional no Estado da Bahia? - Para isso foi realizada uma pesquisa documental, enquanto desdobramento da pesquisa em curso: Políticas públicas em educação profissional: uma análise dos princípios do trabalho e da educação no CETEP Irecê. Como resultados parciais percebeu-se que a história das políticas para educação profissional na Bahia segue a lógica da dualidade estrutural, ou seja, a educação profissional oferecida para uma parcela da população das classes menos favorecidas econômica e socialmente.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; trabalho; educação; educação profissional

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

1. INTRODUÇÃO

A história das políticas públicas para educação profissional no Estado da Bahia representa com fidedignidade a ausência e a negação por parte do poder público constituído de sujeitos que tiveram as suas identidades usurpadas, como é o caso dos escravos, dos índios e dos colonos, que no período colonial e imperial da história do Brasil sofreram os mais sórdidos preconceitos e discriminações. Neste sentido, quando surgem instituições para dar ocupação é no sentido meramente higienizador, cuja qualificação era técnica, sem levar em consideração a formação humana dos sujeitos.

Nesta perspectiva, no decorrer da história do Estado da Bahia e, do Brasil de um modo geral, o Estado se eximiu quase totalmente da responsabilidade de gerir ou destinar políticas públicas para a educação profissional, ação esta que, na maioria das vezes ficou a cargo da Igreja Católica, cujos ensinamentos, como não poderia deixar de ser, eram carregados de dogmas.

A tessitura do presente artigo teve como principal objetivo analisar as políticas públicas em educação profissional no Estado da Bahia, ou seja, dito de outra maneira, cuja análise que perpassa a existência ou não dessas políticas, uma vez que compreende-se que tanto a atitude de aplicar políticas públicas como de não o fazer, sempre será uma tomada de decisão política.

Em consonância com o exposto acima, a realização da pesquisa documental e da revisão literária, buscou-se responder a seguinte problemática: em que medida o poder público instituído tem se responsabilizado pela implementação de políticas públicas para educação profissional no Estado da Bahia?

Para isso foi realizada uma pesquisa documental, enquanto desdobramento da pesquisa em curso: Políticas públicas em educação profissional: uma análise dos princípios do trabalho e da educação no CETEP Irecê.

Como resultados parciais percebeu-se que a história das políticas para educação profissional na Bahia segue a lógica da dualidade estrutural, ou seja, a educação profissional oferecida para uma parcela da população das classes menos favorecidas econômica e socialmente.

Neste sentido, o artigo está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar discute os primórdios da educação profissional no Estado da Bahia;

2. PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DA BAHIA

A história da educação profissional na Bahia de acordo com Lessa (2002) citado por Santos (2013, p. 21) iniciou no século XVII com a criação da primeira Escola de Artilharia e Arquitetura, o que propiciou o início do ensino de ofícios. A exemplo do que aconteceu em outros estados brasileiros, no Estado da Bahia foram fundadas instituições para dar ocupação para os desvalidos, ações estas que visavam a diminuição da vagabundagem e da criminalidade na sociedade. (LESSA apud SANTOS, 2013, p. 21), ou seja, os objetivos de higienização e assistencialismo aparecem nessas ações, com bastante ênfase.

No século XVIII, a fundação da Casa Pia e do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, no bairro do mesmo nome, na cidade baixa de Salvador é um acontecimento significativo e bastante ilustrativo da educação profissional oferecida na época. Neste sentido, de acordo com Medrado (2009, p. 1):

[...] a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim foi doado em 1724 à Companhia de Jesus por Domingos Affonso, mas passou a pertencer à Coroa com a expulsão dos jesuítas, caindo em ruínas. Após restauração pela Corporação do Comércio, em 13 de maio de 1822, o edifício foi doado à Casa Pia dos Órfãos, por mediação do governador D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, realizando-se sua inauguração, em 12 de outubro de 1825, [...]

De acordo com o autor da citação acima, a instituição foi criada com o intuito de cuidar do seguinte público jovem dando-lhes uma profissão: filhos de feirantes da feira de São Joaquim, filhos de mães solteiras que não tinham com quem deixá-los quando saíam para trabalhar, filhos de famílias carentes do bairro e os filhos e netos de escravos (a instituição foi fundada na época em que se consolidava o processo da abolição da escravidão).

Neste sentido, a educação profissional da Bahia, de acordo com este exemplo, possuía um cunho fortemente assistencialista, uma vez que:

[...] na instituição dos Órfãos de São Joaquim havia apenas oficinas para cursos técnicos como sapateiro, pedreiro, eletricitista, carpinteiro, ferreiro com o intuito de profissionalizar mão de obra e inserir estes menores no mercado de trabalho e, no caso dos filhos e netos de escravos, oferecer-lhes uma profissão inserindo-os na nova realidade. (MEDRADO, 2009, p.2)

Em relação ao século XIX, no que diz respeito à educação profissional na Bahia, em continuidade à política assistencialista presente nos séculos anteriores, a criação do Liceu Salesiano do Salvador – “internato para a educação de crianças, adolescentes e jovens desvalidos”, de acordo com da Cunha Neto (2011, p. 4) se justificava devido ao fato que:

Na Bahia do século XIX, as ruas encontravam-se repletas de homens e mulheres pedindo esmolas, realizando trabalhos temporários, perambulando pelas ruas da cidade, enfim, entregues ao ócio. Aqueles em condições de trabalho, mas sem residência ou emprego fixo eram tachados de vadios e considerados um risco para a ordem social.

Dessa forma, de acordo com o mesmo autor (2011, p. 5) “A presença de crianças, adolescentes e jovens nas ruas de Salvador, sem devida ocupação e distantes do ambiente familiar também gerava inquietação na elite local.” Elite esta que era composta por religiosos católicos, os quais concebiam o trabalho como um instrumento de castigo e edificação da alma humana, para as classes menos favorecidas.

3. AS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA

No século XX, como recorte histórico da educação profissional na Bahia, uma experiência inovadora para a época e até para os dias atuais, foi a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro ou Escola-Parque em Salvador, pelo então Secretário Estadual de Educação, Anísio Teixeira. Nesta perspectiva, Bastos (2009) afirma que:

Em 1947, num cenário de democratização do País finda a ditadura Vargas, e numa Bahia impulsionada pelo governo progressista de Octávio Mangabeira, Anísio Teixeira, como secretário da educação do Estado da Bahia, elaborou o Plano Estadual de Educação Escolar que criou conceitualmente a escola-parque, ou seja, um espaço completo de formação educacional.

A concepção de educação profissional pensada por Anísio Teixeira era revolucionária para a época: não só porque rompia definitivamente com os princípios religiosos recorrentes ao longo da história da educação da Bahia, mas principalmente porque possuía uma proposta de educação profissional integrada ao ensino secundário, em tempo integral, ou seja, a escola unitária, conforme (GRABOWSK, 2006, p. 7).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, do qual Anísio Teixeira foi um dos signatários, já contemplava esses princípios. Neste sentido sobre o referido Manifesto, Almeida (2012, p. 5) afirma que:

O texto pautou-se pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita. Contra a dicotomia histórica da educação brasileira, entre ensino de ofícios manuais para o povo e de humanidades e ciências para a elite dirigente, defendeu a “escola única”, colocando sobre uma base comum o ensino profissional e o da cultura geral, o que abriria caminho para retirar o ensino profissional da margem e colocá-lo no centro da política educacional do país.

Para Anísio Teixeira, de acordo com a autora citada acima, a escola precisava educar em vez de instruir; formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para um futuro incerto em vez de transmitir um passado claro; ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância e mais felicidade. O interesse do estudante devia orientar o seu aprendizado num ambiente de liberdade e confiança mútua entre professores e alunos, em que esses fossem ensinados a pensar e julgar por si mesmos.

Vale ressaltar ainda que, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro localizado no bairro da [Liberdade](#), a Escola Parque na [Caixa D'água](#), em [Salvador-Bahia](#), é uma instituição de

ensino pioneira no [Brasil](#), trazendo em sua gênese a proposta revolucionária de educação profissionalizante e em tempo integral, voltado para as populações mais carentes. Seu nome homenageia o educador baiano [Ernesto Carneiro Ribeiro](#).

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DA BAHIA: PRIMEIRA DÉCADA DO SÉC. XXI

Na história política do Estado Bahia, a qual esteve sob a égide de um único grupo político, que era comandado pelo então Senador Antônio Carlos Magalhães, nos últimos dezesseis anos antes do primeiro mandato do atual governador, percebe-se o esvaziamento da educação profissional na educação pública. Ou seja, nesse período assistiu-se à deterioração do Ensino Técnico Profissionalizante, após a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases, LDB 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Movimentação esta que resultou na reforma da educação, que no caso do antigo Segundo Grau passou a ser Ensino Médio, o qual deveria estar voltado para uma formação ampla para o mundo do trabalho¹.

Nesse ínterim, os cursos profissionalizantes regidos pela Lei de Diretrizes e Bases, LDB nº 5692/71, que eram oferecidos pelas redes estaduais e municipais de ensino; e até pelas instituições privadas, comunitárias e filantrópicas foram extintos por não dar mais conta das demandas sociais, políticas e econômicas pós Regime Militar, exceto alguns cursos de Magistério e os cursos das escolas agrotécnicas, que, diga-se de passagem, não foram extintos, mas literalmente abandonados pelo poder público constituído.

Na atualidade, as políticas públicas voltadas para a educação profissional no Estado da Bahia são desencadeadas a partir da promulgação do Decreto nº 6.302 de 12 de dezembro de 2007, em cujo Art. 1º institui:

[...] no âmbito do Ministério da Educação, o **Programa Brasil Profissionalizado**, com vistas a estimular o **ensino médio integrado à educação profissional**, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (Grifos meus)

A criação dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional se constitui em ação instituída pelo atual Governador do Estado da Bahia, cujos marcos legais são os [Decretos Nº 11.355 e 11.356 de 4 dezembro de 2008](#) - O Decreto Nº 11.355 dispõe sobre a instituição dos Centros Estaduais e dos Centros Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia. O Decreto Nº 11.356 dispõe sobre a criação do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia e do Centro Estadual de Educação Profissional – Águas.

¹ Entende-se por mundo do trabalho possibilidades de trabalho solidário e cooperativo para além do mercado de trabalho competitivo e individualista.

Nesta perspectiva, a criação destes Centros pode ser considerada como uma política pública que reflete os anseios da população do Estado da Bahia, ou seja, para a criação dos referidos Centros, houve consulta popular que apontasse para tal? - Como resposta a esta indagação, houve o PPA participativo², para o qual foram formados GT em que as pessoas podiam apresentar propostas sobre a educação profissional. No contexto do PPA participativo ocorrido em Irecê, o destaque para a participação dos jovens, até então estudantes do Ensino Médio, que reivindicaram com veemência o oferecimento da educação profissional que atendesse às demandas de mercado de trabalho local, a curto e médio prazo.

Com respaldos no Programa Brasil Profissionalizado e o Documento Base de 2007, já citados, o governo do Estado da Bahia lançou em 2008, o Plano de Educação Profissional da Bahia, plano este que, de acordo com Lima (2011, p. 04) “ao definir a Educação profissional como uma política pública de Estado, o Governo do Estado vem implementando, desde 2008, o Plano de Educação Profissional da Bahia”. Neste sentido, para implementação do referido plano e como forma de “garantir a sua efetividade”, em 21 de dezembro de 2007, através do Decreto Lei nº 10.955, o Governo do Estado da Bahia criou a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF). Neste sentido,

O papel da Suprof é garantir que os jovens e trabalhadores/as baianos acessem a Educação profissional, tornem-se aptos para atender à demandas do mundo do trabalho e se beneficiem do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Bahia. Cumpre à Suprof planejar, coordenar, promover, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Estado, as políticas, programas, projetos e ações de Educação profissional, incluindo orientação e certificação profissional. (BAHIA, 2010)

A transformação de uma simples diretoria de Educação Profissional, pertencente à Superintendência de Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em Superintendência de Educação Profissional apresenta um sentido político significativo. A SUPROF tem um papel de fundamental importância na ampliação das matrículas da Educação Profissional, bem como na definição dos fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam a Educação Profissional na rede estadual da Bahia.

O mapa a seguir demonstra a ampliação da Educação profissional na Rede Estadual a partir da criação dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação profissional, traçando uma comparação entre a rede estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia em 2007 e em 2012, cuja ampliação é bastante significativa.

² Ver a data do PPA

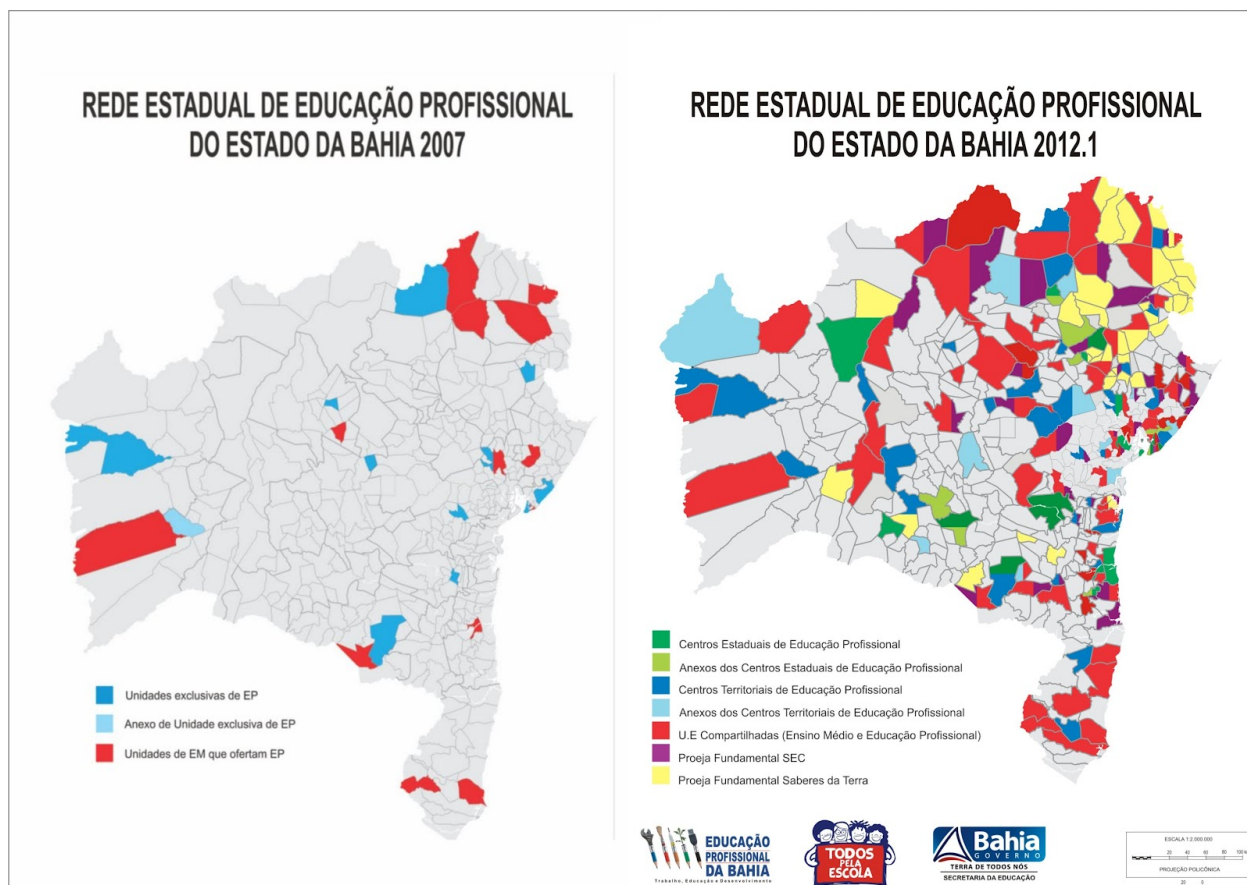
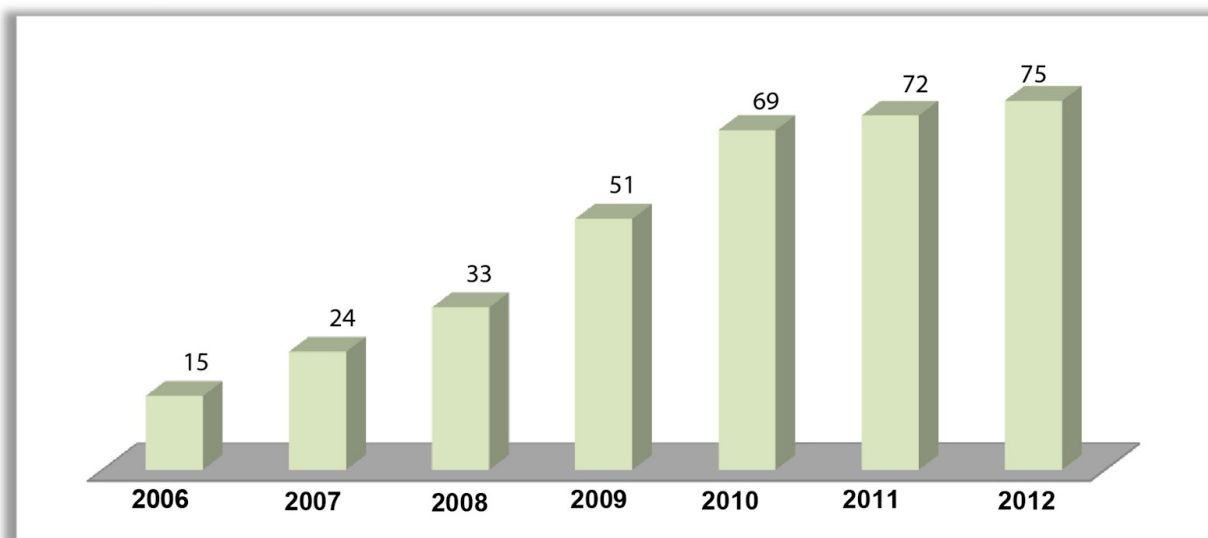


Figura 1: Demonstrativo da ampliação rede estadual de 2007 e de 2012.
Fonte: Blog da Suprof

A ampliação da Educação Profissional em todo o Estado Bahia se constitui em uma ação do Plano Estadual de Educação Profissional que busca atender a demanda por educação profissional, cuja implantação dos cursos ofertados pela rede estadual teve um crescimento bastante significativo. Nos últimos cinco anos, de acordo com informações no Blog da Educação Profissional, o Estado ampliou em mais de 1.400% a oferta de vagas de cursos técnicos de nível médio, com um avanço de 4.016 matriculados, em 2006, para mais de 60 mil no segundo semestre de 2012, como demonstrado no gráfico abaixo:

Evolução de Cursos Técnicos na Rede Estadual de Educação Profissional 2006 à 2012.1



Fonte: Blog da Suproprof

As políticas de qualificação no Estado da Bahia, conforme demonstrado no gráfico acima, a partir do ano de 2009 teve um crescimento vertiginoso. Entretanto, o mesmo gráfico nos permite fazer uma leitura dos anos anteriores, de que as políticas públicas de qualificação existia em pequena escala, não atendendo as demandas da sociedade baiana. Situação esta que irá refletir nos princípios teóricos metodológicos utilizados na educação profissional, cuja discussão será contemplada adiante.

Na sequência, serão apresentadas e discutidas as políticas públicas em educação profissional no Território de Identidade de Irecê: o caso do CETEP Irecê, a partir da concepção de território, passando pelo contexto sócio, econômico e histórico do TII e do município de Irecê até as concepções de Educação Profissional recomendadas no Plano Estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia e as que de fato acontecem lá.

5. Considerações finais

A discussão e análise das políticas públicas para educação profissional no Estado da Bahia evidenciou, ainda que dentro de um recorte teórico e histórico limitado, que há falta vontade política, no sentido de atender à camadas mais amplas da população com políticas para educação profissional que possibilitem a formação do sujeito omnilateral.

O projeto da escola nova na perspectiva da escola unitária pensado e colocado em prática por Anísio Teixeira, por exemplo, representou uma tomada de decisão e um compromisso político revolucionário. O grande desafio aqui foi contrariar os interesses de uma elite que prima pela dualidade estrutural, ao modo da perpetuação da visão social de classes.

As atuais políticas para a educação profissional do estado da Bahia, documentadas no Plano Estadual de Educação Profissional apresenta novas possibilidades de uma educação voltada para a formação da formação integral dos sujeitos. Percebe-se que com estas políticas de educação profissional orientadas e alinhadas pelas e as políticas nacionais representam o fortalecimento de uma nova concepção de formação de trabalhadores, que não sejam apenas executores de tarefas, mas que também possam pesar sobre elas e exercer, também, funções de supervisão e coordenação.

6. Referências

1. BAHIA. **Decreto n. 12354/2010**. Institui o Programa de Territórios de Identidade e dá outras providências. Disponível em
2. BASTOS, Maria Alice Junqueira. A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). São Paulo: **Revista aU- Arquitetura Urbanismo**, edição 178, janeiro de 2009
3. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**. Ministério da Educação, 1996.
4. DA CUNHA NETO, Francisco Sales. “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”: apelo à caridade e promoção de educação profissional católica na Bahia do século XIX. In: SAVIANE, Dermeval (et all.). **História da educação: intelectuais, memória e política**. Campinas, SP: HISTEDBR-FE/ UNICAMP, 2011.
5. GRABOWSKI, Gabriel. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. In: MEC: **Secretaria da Educação à distância**, Tv Escola, Um salto para o futuro. Boletim 07, mai/jun de 2006
6. LIMA, Antônio Almerico Biondi. Avanços conceituais, institucionais e metodológicos nas políticas de qualificação. **Anais e Deliberações: I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2006.